

---

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXXXX.**

**FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão**, filho de **FULANO DE TAL e FULANA DE TAL**, Carteira de Identidade: **nº** e CPF: **nº**, domiciliado no Distrito Federal e residente **ENDEREÇO TAL**, celular: **nº**, e-mail: **tal** vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos da legislação vigente, ajuizar a presente:

**AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS  
(COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA)**

em face de **FULANA DE TAL**, nascida em **xx/xx/xxx**, menor absolutamente incapaz, filha de **FULANO DE TAL FULANA DE TAL**, representada por sua genitora **FULANA DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão**, Carteira de Identidade: **nº**, CPF: **nº**, domiciliada no Distrito Federal e residente no **ENDEREÇO TAL**, celular: **nº**, pelas razões de fato e de direito que seguem:

**I - DO ENCARGO ALIMENTÍCIO FIXADO**

Por força da sentença proferida nos autos do processo nº **xxxxxxxxxx**, em **xx/xx/xxxx**, com trânsito em julgado em **xx/xxxxxx**, ficou determinado ao requerente que realizasse o pagamento de alimentos à requerida no percentual de 35% (trinta e cinco por cento)

---

do salário mínimo, quantia essa a ser devidamente depositada na conta bancária da genitora da menor.

Com relação à forma de pagamento da pensão, o valor deveria ser depositado na conta da genitora da menor, no banco **tal**), conta corrente nº **xxxxxx**, agência **xxxxx**, até o dia 10 de cada mês.

## **II - DOS MOTIVOS PARA A MINORAÇÃO DO ENCARGO**

Quando foi fixado o valor para pagamento de pensão alimentícia por parte do requerente, este auferia renda média mensal de aproximadamente R\$ **xxxx**. Contudo, o requerente sofreu drástica redução em seus rendimentos e encontra-se sem **profissão**.

Conforme o Decreto do Distrito Federal nº 40.817/2020, ficaram suspensos os eventos e atividades coletivas de qualquer natureza que exijam licença de poder público, dentre outras atividades que, suspensas, dificultam a obtenção de trabalhos informais para complementação da renda do requerente.

Ademais, dada a situação instaurada, o requerente não auferiu rendimentos além do benefício denominado “auxílio emergencial”, no valor de R\$ **xxx**, instituído pela lei nº 13.982/2020, que tem por finalidade auxiliar os cidadãos nesse período de pandemia e suspensão de atividades, conforme comprovante de recebimento do benefício em anexo.

O valor recebido pelo auxílio emergencial, não supre sequer o valor do aluguel pago pelo requerente, de aproximadamente R\$ **xxxxx**. O requerente só tem conseguido se sustentar devido ajudas que tem recebido de amigos e instituições de caridade.

---

Nesse sentido, tendo em vista, a atual situação de pandemia e desemprego do requerente e os comprovantes de recebimento do benefício “auxílio emergencial”, é possível constatar que se tornou inviável a manutenção dos alimentos com no percentual atual, não lhe restando alternativa senão buscar a revisão dos alimentos.

Importa ressaltar que o requerente não quer se furtar em nenhum momento de sua obrigação paterna, pois sabe das necessidades do filho. No entanto, em decorrência da perda de sua única fonte de renda, terá de contar com a ajuda de amigos e instituições de apoio social para atender às suas necessidades alimentícias e as da menor **FULANA DE TAL**.

Pelo exposto acima, **FULANO DE TAL requer a revisão da verba alimentar para 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente, cujo *quantum*, deverá ser depositado na conta acima indicada, ou em outra a ser informada até a audiência de conciliação, a ser designada por esse douto juízo.**

### **III - DA TUTELA DE URGÊNCIA**

O requerente postula na presente ação a modificação do percentual dos alimentos para 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente. Tal pedido, contudo, só será julgado por ocasião da sentença de mérito, o que leva tempo, quando os danos já serão irreversíveis.

A fim de evitar prejuízos irreparáveis, pugna o requerente pela **tutela de urgência**, com fundamento no artigo 300 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, a fim de conceder-lhe a revisão dos alimentos nos moldes requeridos.

---

No presente caso, os requisitos para a concessão da tutela de urgência encontram-se devidamente configurados. Com efeito, a probabilidade do direito está evidenciada pelos documentos anexos, que demonstram a redução da capacidade financeira do requerente e a atual situação de Pandemia vivida pelos brasilienses.

O perigo de dano, por sua vez, está configurado pelo comprometimento da própria subsistência, além do perigo que o requerente corre de ser preso em razão do não cumprimento integral do julgado, que determinou o pagamento dos alimentos, uma vez que certamente não conseguirá honrar com o pagamento mensal de R\$ **XXXXX**.

#### **IV - DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer:

**a)** benefício da justiça gratuita, por ser hipossuficiente, nos termos do artigo 98 do CPC, conforme declaração anexa;

**b) concessão da tutela de urgência** para revisar, desde já, os alimentos a serem pagos pelo requerente mensalmente à requerida, reduzindo-os para o equivalente a **20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente, cujo percentual deverá ser depositado, até o dia 10 (dez) de cada mês, na conta bancária da genitora da requerida.**

**c)** intimação do ilustre representante do Ministério Público, nos termos da lei;

**d)** citação da requerida, dirigida à representante legal, a fim de que apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia;

---

**e)** procedência do pedido para confirmar a tutela de urgência e revisar os alimentos conforme solicitado no item “b” do presente pedido;

**f)** condenação da Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos ao Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do DF – PRODEF (CNPJ 09.396.049/0001-80) e transferidos para o Banco Regional de Brasília (BRB) – Agência: 0100 – Conta corrente: 13251-7.

Requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Por fim, a parte autora informa que concorda com a realização de audiência on-line e declara que aceita receber informação via WhatsApp e por e-mail e que foi orientada a baixar e realizar cadastro no aplicativo Cisco Webex Meetings, utilizado pelo CNJ para realização de audiências virtuais.

Considerando que o Juízo intimará as partes para a realização do ato tanto via WhatsApp como por e-mail, seguem os dados para que a intimação seja realizada: WhatsApp: **(nº)** , e-mail: **tal**.

Atribui à causa o valor de **R\$ xxxxxx**.

Local, dia, mês e ano.

**FULANO DE TAL**

Requerente

---

**DEFENSOR FULANO DE TAL**